

DECRETO Nº 2.168/97

LINO MARTINS, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o **CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA**, com mandato por prazo indeterminado, composto dos seguintes cidadãos:

Luiz Gustavo Meneghel - Representante da Prefeitura Municipal;
Antonio Calesso - Representante da Assistência Técnica Oficial Estadual;
Jerônimo Zanardo Junior - Representante da Assistência Técnica Privada;
Pio Bellan - Representante do Sindicato Rural de Bandeirantes;
Antonio Carlos Ferres Palomares - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes.

Representantes dos Beneficiários:
José Bento (Farinheira);
Massaro Harada (Três Águas);
Martinho Ferreira Machado (Yara);
Carlos Eduardo Graziano (Vera Cruz).

Art 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 09 de julho de 1997.

Lino Martins
Prefeito Municipal

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal da Agricultura as seguintes atribuições:

- a) aprovar e acompanhar o andamento do Plano de Ação da Comunidade/Microbacia/Grupo;
- b) aprovar um plano de divulgação do Projeto no Município;
- c) aprovar as comunidades, microbacias e/ou grupos a serem atendidos, em consonância com os critérios do Manual Operativo do Projeto Paraná 12 Meses;
- d) aprovar na sua instância o Plano Operativo Anual;
- e) cumprir as obrigações específicas descritas no FUNPRANÁ;
- f) zelar pela manutenção da filosofia norteadora do Projeto e pelo correto cumprimento das normas operativas do mesmo;
- g) servir como fórum de debates sobre o Projeto, propondo à Comissão Regional e à UGP alterações na condução dos trabalhos e nas suas normas;
- h) aprovar e encaminhar trimestralmente relatório à Comissão Regional sobre o andamento das ações no Município;
- i) mediar situações de conflito.

As atribuições da Secretaria Executiva do Conselho Municipal são:

- a) elaborar o plano de divulgação anual do Projeto em nível de Município;
- b) sugerir comunidades e/ou microbacias prioritárias para fazer parte do Projeto, submetendo-as a aprovação do Conselho;
- c) coordenar a elaboração do POA do Município, juntamente com as comunidades e/ou microbacias;
- d) analisar propostas e estudos técnicos quanto à viabilidade e o enquadramento nas normas dos subcomponentes, recomendando sua aprovação pelo Conselho Municipal;
- e) articular as ações da Assistência Técnica e entidades envolvidas na execução do POA;

- f) promover uma participação harmônica e responsável da iniciativa privada junto ao Projeto;
- g) elaborar a proposta de ação da assistência técnica, atribuindo áreas de atuação e serviços;
- h) gerir aplicação de recursos dentro do planejado;
- i) coordenar a elaboração do relatório trimestral sobre o andamento das ações no Município;
- j) acompanhar as ações de assistências técnica e recomendar à UGP o cadastramento de Empresas Privadas, profissionais liberais, ONG's e outros que possam atuar no Projeto;
- k) analisar e, compatibilizar os planos de capacitação das unidades de trabalho do Município.